

A COMERCIALIZAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS ATUANDO EM ÁREAS URBANAS, LIDERADOS POR MULHERES EM ATIVIDADES DE PRODUÇÃO ARTESANAL

Marcos Aurélio Souza¹

1 INTRODUÇÃO

Desde sua entrada na agenda de debates de políticas públicas no governo federal, a produção de informações e diagnósticos que revelem os desafios da comercialização na economia solidária passou a constituir-se em uma das principais preocupações dos atores sociais envolvidos com esse fenômeno econômico e social brasileiro.

Nesse sentido, o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (Onesc), parceria entre o Ministério do Trabalho (MTb) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), implantado em 2015 e formalmente apresentado ao Conselho Nacional de Economia Solidária (Cnes) em 2016, tem cumprido um papel fundamental ao longo de três anos de operação.

Em seu segundo ano de existência, o estudo produzido pelo Onesc procura trazer subsídios que contribuam no entendimento do universo da comercialização nos empreendimentos econômicos solidários (EES). Este artigo traz uma síntese e os principais resultados desse segundo estudo tratando da comercialização na economia solidária, em empreendimentos urbanos de produção artesanal, liderados por mulheres.

2 OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DEDICADOS ÀS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO ARTESANAL E LIDERADOS POR MULHERES NO CONTEXTO GERAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies) mapeou, entre os anos de 2009 a 2013, um total de 19.708 EES.² O número de EES voltados à atividade de produção artesanal correspondia a 17,9% desse universo, isto é, 3.534 empreendimentos desse tipo.

1. Economista e técnico responsável pelo Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (Onesc) no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). *E-mail*: msouza@dieese.org.br.

2. Para mais detalhes, consultar o Sistema de Informações Geográficas do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (SIG-Web/Onesc), em: <<https://goo.gl/u4QscP>>. Acesso em: 24 set. 2018.

Os EES concentram-se em duas categorias sociais: agricultores familiares e artesãos. Somados, ambos respondiam, no período investigado, por mais de dois terços (73,2%) do total de empreendimentos mapeados, em que 55,3% eram formados por sócios que disseram pertencer ou ter pertencido à agricultura familiar. Apenas na região Sudeste a proporção de empreendimentos dedicados à produção artesanal (32,5%) foi maior que a de EES cujos sócios pertenciam à agricultura familiar (28,3%) (tabela 1).

TABELA 1

Brasil e Grandes Regiões: distribuição dos EES por categoria social¹ (2009-2013)

(Em %)

Categoria social	Região do país					Brasil
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Agricultores familiares	52,2	70,7	28,3	51,9	47,3	55,3
Artesãos	18,1	10,5	32,5	19,7	21,2	17,9
Artistas	1,0	1,0	1,9	0,6	1,6	1,1
Assentados da reforma agrária	4,7	4,8	4,1	2,7	14,1	5,2
Catadores de material reciclável	0,9	0,7	10,1	4,8	1,7	3,1
Garimpeiros ou mineiros	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2	0,1
Técnicos, profissionais de nível superior	1,1	0,7	1,5	1,3	0,6	1,0
Outros trabalhadores autônomos/por conta própria	9,8	4,4	8,0	7,5	4,8	6,4
Desempregados (desocupados)	3,9	2,6	4,9	4,9	1,1	3,4
Não se aplica ou não há predominância	8,2	4,4	8,7	6,5	7,4	6,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Sies/Senaes (MTb).

Elaboração: Dieese.

Nota: ¹ Devido à coleta não simultânea de dados no país, em que o trabalho de campo em algumas regiões pode ter sido finalizado com até quatro anos de diferença do término em outras, recomenda-se que, para efeito de comparação nacional, a análise dessa questão deve ser feita com cautela.

De acordo com o segundo mapeamento, do total de respostas³ acerca do local onde se realizava a venda ou a troca dos produtos do empreendimento, mais de dois terços (71,1%) indicavam o comércio local, comunitário ou municipal como mercado para sua produção.

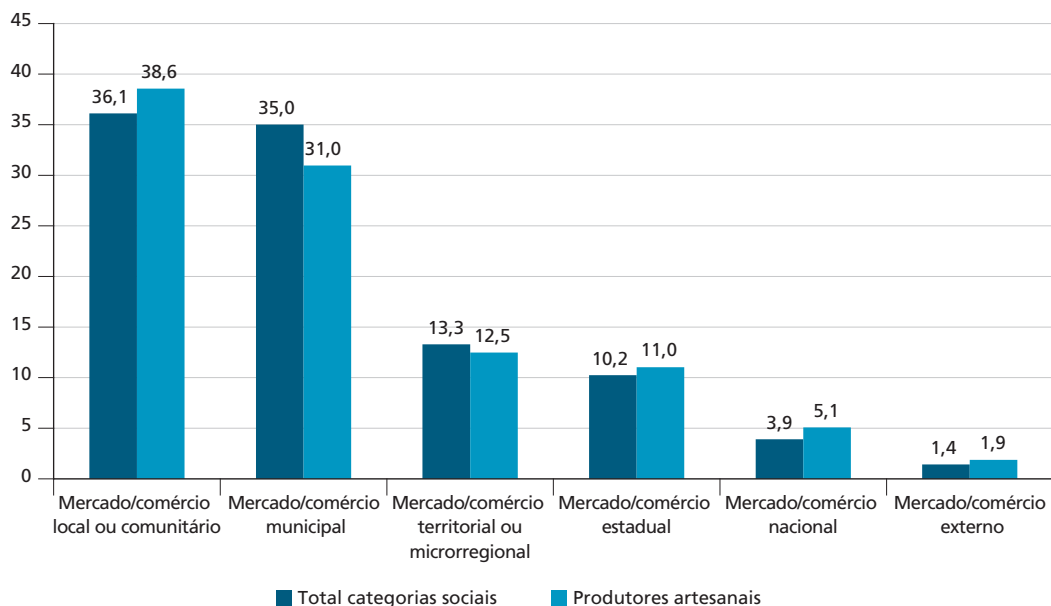
Algumas possíveis explicações para o fato de a comercialização desses empreendimentos estar circunscrita ao mercado local pode estar ligada ao tamanho do empreendimento, com uma composição de sócios no geral inferior a seis, ou ao tipo de produto que, por suas características, volta-se a uma comercialização varejista, com destino imediato ao consumidor final e vendido majoritariamente em feiras ou em locais próprios (gráfico 1).

3. Esta é uma questão de múltipla escolha no questionário do segundo mapeamento. Portanto, os percentuais dizem respeito ao número total de respostas, que é, por sua vez, maior que o número de empreendimentos.

GRÁFICO 1

Brasil: distribuição dos EES por local de venda/troca dos produtos (2009-2013)

(Em %)



Fonte: Sies/Senaes (MTb).
Elaboração: Dieese.

Um olhar mais específico sobre os EES liderados por mulheres, em áreas urbanas e dedicados à produção artesanal, mostra que, do total de trabalhadores na categoria social artesãos, 78,1% são mulheres (81.486). Entre todas as demais categorias sociais, esse é o maior percentual, situando-se 18,2 pontos percentuais (p.p.) à frente da segunda categoria social com maior número de mulheres, de catadores de material reciclável (59,9%) (tabela 2).

A produção artesanal está vinculada, predominantemente, ao espaço urbano, o que leva a uma reflexão sobre o local ocupado por essas trabalhadoras, que têm, no exercício da produção artesanal, em não poucos casos, uma atividade que é extensão dos afazeres domésticos. Em relatório final de diagnóstico realizado pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) e pelo Dieese, destaca-se que: “(...) há também uma questão decorrente do lugar que o ofício de artesão tem na vida destes trabalhadores. Muitos, especialmente as mulheres, têm no artesanato uma atividade secundária – que pode ser inclusive ao trabalho doméstico” (Dieese, 2008, p. 118-119).

TABELA 2

Brasil: distribuição absoluta e percentual dos EES por sexo dos sócios (2009-2013)

Categoria social	Homens		Mulheres		Total
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	
Agricultores familiares	587.130	62,0	359.941	38,0	947.071
Artesãos	22.792	21,9	81.486	78,1	104.278
Artistas	5.979	49,4	6.116	50,6	12.095
Assentados da reforma agrária	41.494	62,1	25.345	37,9	66.839

(Continua)

(Continuação)

Categoria social	Homens		Mulheres		Total
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	
Catadores de material reciclável	6.442	40,1	9.631	59,9	16.073
Garimpeiros ou mineiros	4.400	75,7	1.411	24,3	5.811
Técnicos, profissionais de nível superior	15.448	56,1	12.085	43,9	27.533
Outros trabalhadores autônomos/por conta própria	45.530	52,3	41.443	47,7	86.973
Desempregados (desocupados)	22.567	49,2	23.330	50,8	45.897
Não se aplica ou não há predominância	51.591	46,5	59.470	53,5	111.061
Total	803.373	56,4	620.258	43,6	1.423.631

Fonte: Sies/Senaes (MTb).
Elaboração: Dieese.

Um componente importante na forma de organização das trabalhadoras em atividade de produção artesanal na economia solidária está vinculado a uma dificuldade em se agruparem em formas cooperativistas, dado que, por características dessa atividade, a produção frequentemente ocorre de forma individual, levando a que optem por formas menos burocráticas, como as associações ou, ainda em maior número, em grupos informais.⁴

Novamente, o relatório de diagnóstico elaborado pela ADS/CUT e pelo Dieese, acima citado, pode oferecer pistas para o entendimento dessa opção feita pelas produtoras artesanais, quando afirma que uma jornada flexível ainda é preferível “a ter um empreendimento econômico que exige dedicação central” (Dieese, 2008). Ademais, a falta de informações adequadas pode desestimular essas trabalhadoras em optar pela forma cooperativista. Ainda de acordo com o relatório, “muitos empreendimentos são organizados como associações pela falta de informação por parte dos trabalhadores para poder optar pela melhor forma” (*ibidem*, p. 118-119).

As oficinas de diagnóstico participativo puderam trazer luz a questões que, sendo analisadas apenas a partir de indicadores específicos, poderiam permanecer no campo das suposições.

Nas oficinas foi possível entender com maior clareza a maneira como essas trabalhadoras organizam-se e associam a condição de produtora artesã a um ato econômico individual. Para a maioria das trabalhadoras participantes das oficinas, o ato da produção individual opõe-se a algumas formas de organização coletiva devido ao receio da perda do significado simbólico desse tipo de produção, reconhecendo, entretanto, a comercialização como uma ação de caráter coletivo. A compreensão da comercialização como etapa coletiva passa a ser decisiva na organização das trabalhadoras para venda em centros públicos de comercialização da economia solidária ou feiras organizadas pelas trabalhadoras ou com apoio dos governos locais.

Embora haja casos em que se organizam espaços coletivos para a execução da comercialização da produção das trabalhadoras por meio de centros públicos de

4. Grupos informais no Sies dizem respeito aos empreendimentos que assim se classificavam pela ausência de documentação. Não é o mesmo que o indicador de condição de formalidade adotado nesse estudo, que considera informal o empreendimento sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

comercialização, experiências verificadas em Salvador e em Osasco, o mais comum é que quem produz também se dedica à venda da sua produção. Em nenhum dos casos apareceu experiência de grupos organizados para resolverem problemas que são comuns a todas, como a possibilidade de compras coletivas, reduzindo as dificuldades de acesso a matérias-primas.

Dividir as etapas de envolvimento com seu produto não é uma questão trivial para essas trabalhadoras, pois, além de intensas jornadas inseridas em cada um dos processos, elas estão profundamente ligadas ao trabalho doméstico. Embora algumas trabalhadoras sugiram a conveniência entre suas atividades laborais e a possibilidade “democrática” que a produção artesanal viabiliza para o cuidado da casa, dos filhos, dos netos etc., verifica-se que, para a consecução dessas atividades, essas mulheres podem estar submetidas a horas de trabalho extremamente exaustivas, como relatado em uma das oficinas: “acorda, faz o trabalho de casa e vai para a oficina. Trabalha dia e noite” (Dieese, 2017, p. 57). As condições de exercício da produção e de comercialização dos produtos das trabalhadoras no geral são, portanto, bastante precárias.

Tanto os dados estatísticos quanto os diálogos nas oficinas evidenciaram que as feiras e o contato direto com os consumidores são os principais locais e meios para a comercialização nas atividades de produção artesanal. O que, no entanto, ficou bastante evidente na oficina de São Paulo, ou na conversa com gestores nas prefeituras dos municípios de Osasco e de São Paulo, é que a realização das feiras está vinculada aos programas de incubação dessas gestões. Nesse sentido, percebeu-se que as trabalhadoras tinham a tendência de permanecer em processos de incubação para além do planejado, dado que a incubadora transformava-se no seu apoio de comercialização e logística.

No município do Rio de Janeiro, a realidade era totalmente distinta. As mulheres optaram por se organizar em redes para viabilizar as suas feiras. A participação dos governos do município e do estado limitava-se à cessão de espaços públicos para que as feiras acontecessem, ficando sob a responsabilidade das trabalhadoras a organização da logística, como aluguel de barracas, de banheiros químicos, distribuição de energia elétrica, entre outros, e a própria disponibilização das barracas na feira. Nessa oficina, a questão do espaço e as condições de trabalho nele apareceram de forma bastante acentuada, com demanda de se estruturar locais de comercialização mais acessíveis e de logística mais “humanizada”. Ademais, também há reclamações sobre a disponibilização de áreas para montagem das feiras comumente localizadas em pontos que não favorecem a venda.

Na Bahia, as trabalhadoras possuem, além dos centros públicos de comercialização, alguns deles em locais privilegiados, como os localizados em dois dos principais *shoppings* da cidade de Salvador, as feiras de economia solidária organizadas, também pela gestão governamental. Entretanto, ali já foram identificadas iniciativas de grupos na montagem de espaços próprios para a comercialização de seus produtos.

As oficinas evidenciaram que essas trabalhadoras também eram aquelas em condições muito precarizadas no mercado de trabalho, a maioria de idade avançada. Parte delas, como afirmou uma trabalhadora, já se julgava “cuspida do mercado de trabalho” e encontrou na atividade de produção artesanal um retorno a uma vida

profissional e a oportunidade de dedicação ao que realmente gostava ou a “liberdade de criação” (Dieese, 2017, p. 60). Portanto, tais condições mostram-se como um desafio ao poder público, pois o fato de essas trabalhadoras sentirem-se “livres” não anula a realidade de que também atuam em condições frágeis, necessitando de políticas de apoio e fomento que lhes auxiliem a avançar em direção ao desenvolvimento econômico sustentável de seu empreendimento.

Em relação à organização, falas indicaram dificuldades em assumir o compromisso de estabelecimento de vínculos associativos com grupos grandes devido aos temores de que nem todos do grupo assumissem as mesmas responsabilidades devidas para o desenvolvimento da atividade, dificultando a manutenção de laços de confiança permanentes que garantem, independentemente da presença do outro, que as coisas na organização ocorram dentro de uma normalidade esperada, algo possível em coletivos menores.

Tanto nas feiras quanto nos espaços de centros públicos organizados para exposição e venda dos produtos da economia solidária coloca-se um debate que diz respeito à natureza da produção, se ela de fato é artesanal ou não, assim como a qualidade do próprio produto. Também não é simples para os gestores que, em casos específicos, procuram estabelecer curadorias para avaliação dos produtos que deverão ser expostos em feiras ou centros públicos, pois se a equipe técnica que compõe o grupo de avaliadores não tiver um olhar especializado e sensível em relação às tipologias artesanais, corre-se o risco de se realizar seleções nas quais predomine a visão do cliente, que, de alguma maneira, desqualifiquem o produto de tal modo que desestimulem a artesã em seu trabalho.

Finalmente, não há dúvida entre as trabalhadoras de que, ainda que haja uma discussão em aberto sobre o que é ser uma trabalhadora artesã e como definir precisamente seus produtos,⁵ a etapa de qualificação do produto é fundamental no ciclo de desenvolvimento da atividade. Ademais, nesse ciclo é preciso preparar as trabalhadoras no que diz respeito ao produto por elas desenhado e sua relação com os interesses da sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe uma síntese do estudo elaborado no âmbito do Onesc tratando das condições de produção e de comercialização com as quais as trabalhadoras em atividade de produção artesanal, em EES situados em áreas urbanas, lidam no desenvolvimento de sua atividade econômica. Sendo uma síntese, traz os principais elementos e resultados que o estudo, em sua íntegra, mostra de forma mais detalhada.

Observa-se que as circunstâncias presentes no dia a dia da atividade produtiva dessas trabalhadoras são, particularmente, marcadas por extensas jornadas de trabalho, períodos em que se associam as etapas de produção e comercialização do seu negócio com afazeres domésticos. Seus espaços de comercialização são as feiras e o alcance dessas vendas atinge, com maior frequência, os mercados locais até a fronteira do município.

5. Embora as orientações constantes na publicação da base conceitual sobre o artesanato brasileiro, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2010, sejam a principal referência nesse debate, identificando a atividade artesanal nas categorias arte popular, artesanato tradicional, artesanato indígena, artesanato de referência cultural, artesanato conceitual e trabalho manual.

O resultado do trabalho dessas mulheres, em termos de remuneração, é utilizado como complemento da renda total da família. Possuem dificuldade de se associar em grupos, ou pelo menos em grupos com um número elevado de trabalhadoras, com o objetivo de encontrar saídas que dinamizem e aumentem a produtividade do seu trabalho. No geral, a opção pela organização em pequenos grupos associativos ou informais está condicionada a enfrentar as dificuldades de comercialização, mas não do próprio processo produtivo.

O fato de o processo produtivo ser realizado no mesmo espaço de atividade doméstica tem impactos na sua jornada de trabalho, pois interfere diretamente no tempo para horas de lazer ou para participação em processos que resultem na melhora da qualidade do produto. Deve-se destacar que a ausência de políticas públicas que estimulem ou apoiem a criação de espaços específicos para essas trabalhadoras, e que possam ir para além das feiras eventuais, tem um papel decisivo para a configuração dessa realidade.

REFERÊNCIAS

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Programa Comércio Solidário**: diagnóstico de empreendimentos solidários – relatório final. São Paulo: Dieese, 2008.

_____. **A comercialização na economia solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal liderados por mulheres**. São Paulo: Dieese, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Programa do Artesanato Brasileiro. **Base conceitual do artesanato brasileiro**. Brasília: PAB, 2012.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Metodologia para a realização de diagnósticos de mercado de trabalho com a participação dos atores sociais**. São Paulo: Dieese, 2006.

_____. **Subsídios para a economia solidária**. São Paulo: Dieese, 2014.

_____. **Informalidade na economia solidária**: conhecendo e discutindo. São Paulo: Dieese, 2015.

_____. **A produção de informações no Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo**. São Paulo: Dieese, 2016.

DZIMIRA, Sylvain; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Economia solidária e dívida. **Organizações & Sociedade**, v. 6, n. 14, p. 141-183, 1999. Disponível em: <<https://goo.gl/iFXYLh>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

FRANCA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-18, mar. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/mSKKyf>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

INSTITUTO KAIRÓS CARPINA. **Práticas de comercialização**: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar. [s.l.]: Instituto Kairós Carpina, 2013.

KRAYCHETE, Gabriel (Org.). **Economia popular solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

_____. Escala e sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários: uma ambiência necessária. **Cadernos do Ceas**, Salvador, n. 235, p. 186-206, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/gE2usy>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flavia Maria; ASSIS, Thiago de Paula (Orgs.). **Comercialização solidária no Brasil**: uma estratégia em rede. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação
Ipea

Revisão e Editoração
Editorar Multimídia

Projeto Gráfico
Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES – Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

